

# “É preciso reforçar a autonomia das escolas”

por André Vieira  
de Brasília

O economista Cláudio de Moura Castro diz que Minas, São Paulo e Paraná já estão no bom caminho das transformações na educação

**GZM – Por que?**

Moura Castro – Apenas alguns países da América Latina, como Chile e a Colômbia, fizeram algumas reformas corajosas na saúde, separando quem fiscaliza de quem executa. Nos demais, isso não acontece. Ou seja, quando se tem o mesmo corpo – quem fiscaliza e executa – não há muito incentivo para melhorar. Além disso, o sistema gratuito também traz problemas. No Brasil, o único limitador do sistema de saúde é a fila. E depender de fila para controlar a demanda da população é um absurdo. Outro problema é que a centralização dos recursos da

**“A opção não é entre um sistema flexível e um sistema rígido de trabalho, mas um meio termo”**

saúde faz com que o sistema seja, às vezes, distorcido. De uma maneira bastante generalizada, o Brasil gasta mais dinheiro para tratar das doenças de rico do que as doenças de pobre.

**GZM – Há, no Congresso, um projeto que cria um contrato de trabalho temporário que reduz os encargos sobre a folha de pagamento. Esse contrato realmente estimula o aumento de empregos?**

**Moura Castro** – Comparando um mesmo período, verifica-se que os EUA criaram cinco vezes mais empregos do que toda a Europa. Isso quer dizer que um sistema flexível permite criar empregos do que um sistema rígido. A Europa sofre com uma legislação trabalhista muito rígida que atrapalha o crescimento econômico. A opção não é entre um sistema flexível e um sistema rígido, mas um meio termo. Se o sistema mais flexível permitir a entrada de trabalhadores informais no mercado de trabalho, então já há um ganho na geração de empregos.

**Moura Castro** – Embora isso não pareça para alguns, a questão é bastante óbvia. De nada adianta fazer esforços em outras áreas caso não seja resolvida as deficiências do ensino básico. Nesse sentido, já há convergência nos programas na América Latina, em maior ou menor grau, em torno de reformas na área de educação.

**GZM – Quais são as principais linhas dessas reformas?**

**Moura Castro** – Os objetivos

passam pela concessão de maior autonomia administrativas às escolas, dando maior poder aos diretores e aos pais, responsáveis pela gestão das escolas. É preciso tirar a política da escola. Não adianta deixar o dinheiro parado nas secretarias para a compra de vidraças. É preciso também medir como está o desempenho da escola e dos alunos e cobrar os resultados por meio de avaliações periódicas.

**“Apenas alguns países da América Latina, como Colômbia e Chile, fizeram reformas corajosas na saúde”**

ços nos estados de Minas Gerais, São Paulo e Paraná. Essas transformações estão muito mais evidentes na educação do que na saúde. Aliás, em toda a América Latina não existe uma convergência em programas para a saúde.



Cláudio de Moura Castro

tentes em países de terceiro mundo. O que o Senai oferece em nada se compara com o que existe na Europa.

**GZM – Há uma divergência entre enfatizar ou não o ensino profissionalizante na educação básica. Qual a avaliação do senhor?**

**Moura Castro** – O ensino profissionalizante na educação básica não dá certo porque a escola tem sua própria religião. Nas escolas, existe um preconceito muito grande em relação aos manuais técnicos. A própria escola se encarrega de afastá-los. Contabilidade ou computação nas escolas são exceções.

**GZM – Qual a razão para o BID dar muita atenção ao ensino de primeiro grau?**

dades como Senac e Senai. Esses programas são eficazes?

**Cláudio de Moura Castro** – Em primeiro lugar, os programas de formação profissional só aumentam a qualificação da força de trabalho, adequando às necessidades do mercado. Só em alguns casos, como a formação de microempresários, é que existe a criação de empregos. No Brasil, os programas de formação profissional são recentes, e ainda é cedo para se avaliar seus resultados. Mas estão na direção correta e avançaram em

relação ao que existia no passado. Antes se criava um sistema centralizado no Estado. Hoje, o governo fiscaliza e entidades como Senai e

Senac executam essas tarefas de formação profissional.

**GZM – Mas essas entidades são mantidas por contribuições oficiais. Se fossem revertidas para outras finalidades não seriam mais eficazes?**

**Moura Castro** – Mas se medir a eficiência do uso dos recursos por parte do Senai ou Senac com o uso por parte do governo, não dá nem para comparar. É como se fosse comparar o INPS com a IBM. Senai ou Senac são os únicos programas de formação profissional de primeiro mundo exis-

**“De nada adianta fazer esforços em outras áreas, sem resolver as deficiências do ensino básico”**

do Rio, Fundação Getúlio Vargas, Universidade de Brasília (UnB), Universidade de Chicago, entre outras. Deixou o Brasil em 1986 para ser chefe da Divisão de Políticas de Treinamento da Organização Internacional do Trabalho (OIT) até 1992, quando entrou na divisão técnica do Banco Mundial onde ficou até 1995.

Desde então, é o chefe da divisão de programas sociais do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que estabelece as estratégias para atuação do banco nas áreas de educação, saúde, seguridade social e mercado de trabalho. Depois de um descanso no Rio de Janeiro, onde aproveitou para exercitar o hobby de asa delta, Moura Castro desembarca em São Paulo para participar do Seminário Internacional sobre Emprego e Relações de Trabalho, entre os dias 7 e 8, com a presença de seis ministros do Trabalho da América Latina. Vai falar sobre os programas de formação profissional. Leia abaixo trechos da entrevista concedida por telefone de

Washington, sede do BID, a este jornal:

**Gazeta Mercantil** – Os programas de formação profissional tendem a gerar em-

pregos? No Brasil, o governo distribui recursos do FAT aos estados que, por sua vez, repassam aos sindicatos e enti-

**“Senai e Senac são os únicos programas de formação de Primeiro Mundo no Terceiro”**

Os países da América Latina avançam, em maior ou menor grau, em reformas convergentes na área de educação. O caminho para essa transformação, que está sendo chamada como a “revolução silenciosa”, está na adoção da autonomia administrativa pelas escolas.

A idéia é simples. Em vez de centralizar todos os recursos nas mãos do Estado e de sua burocracia, os governos distribuem o dinheiro às escolas, que passam a ter o poder de aplicá-los de acordo com as necessidades dos alunos. Periodicamente, as escolas e os alunos são avaliados por seus desempenhos.

Esse método de gestão dos recursos públicos na área de educação não é novo, mas só agora começa a ser adotado em países da América Latina, como o Brasil. Uma parcela dessas idéias estão contidas no programa de educação elaborado pelo ministro Paulo Renato Souza.

“É preciso tirar a política da escola e dar força aos diretores, responsáveis, ao lado dos pais, pela administração das novas escolas. Não adianta deixar o dinheiro parado nas secretarias para a compra de vidraças”, diz o economista mineiro Cláudio de Moura Castro, um dos pioneiros e um dos mais ferrenhos defensores da autonomia administrativa no ensino no País.

Moura Castro, de 59 anos, tem um currículo invejável. Escreveu mais de 25 livros, 150 artigos acadêmicos e deu aulas na PUC